

AGRONEGÓCIO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O AVANÇO DA URBANIZAÇÃO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO BIOMA CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Vicente Eudes Lemos Alves

Professor de Geografia Humana no Instituto de Geociências - Unicamp

veudes@unicamp.br

RESUMO:

Objetiva-se, nesse texto, abordar de que maneira as transformações produtivas do campo produzem novas dinâmicas econômicas e espaciais no espaço urbano regional. Busca-se analisar a manifestação desse fenômeno na fronteira agrícola dos cerrados do centro-norte do Brasil. Trata-se de um novo espaço regional cuja expansão produtiva associada ao agronegócio conduz a um intenso processo de urbanização com reflexos na dilatação do espaço urbano, nas transformações no mercado de trabalho e no surgimento de novas modalidades de conflitos sociais. Tal urbanização, que atinge um grupo de cidades regionais, é reflexo dos crescentes fluxos migratórios de pessoas de áreas rurais do entorno regional e de outras lugares do país. O controle da terra por um seleto grupo de proprietários, os quais a transformam em mercadoria passível de especulação imobiliária, revela uma das dimensões da segregação socioespacial desse espaço urbano.

Palavras-chave: **Reestruturação Produtiva; Urbanização; Centro-Norte do Brasil**

GT-13: Transformações no campo e nas cidades em um contexto de globalização

1 INTRODUÇÃO

A hinterlândia brasileira apresentou importantes transformações econômicas e espaciais, especialmente, nas últimas cinco décadas. Esse período foi marcado por um novo ordenamento territorial do espaço agropecuário e urbano e está associado, em grande medida, ao avanço para o interior do país do capital em setores da mineração, exploração madeireira e agropecuário. O fato de a ocupação do território nacional ter se iniciado no litoral e predominar as aglomerações urbanas em áreas da faixa litorânea ou em suas proximidades durante praticamente quatro séculos derivou disso um território interiorano de ocupação dispersa. Entretanto, é preciso mencionar que o povoamento brasileiro para o interior também ocorreu ao longo da história do país associado a algumas atividades econômicas tradicionais que foram estimuladas pela metrópole portuguesa e posteriormente, após a independência, pelo Estado nacional brasileiro que garantiram acumulação de capital. Durante a colonização portuguesa, por exemplo, a atividade mineradora, especialmente de ouro e diamante, foi responsável pelo surgimento de núcleos urbanos em áreas espalhadas pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás (Santos & Silveira, 2001).

A urbanização também ocorreu com a expansão da pecuária de gado bovino em amplas áreas do interior do Brasil, atividade que contribuiu para a formação de núcleos urbanos nos trajetos percorridos pelos denominados tropeiros, tangedores de gado que transportavam os animais das áreas criatórias no interior do Brasil até os centros consumidores no litoral ou nas áreas de exploração mineira. As cidades formadas na trajetória de expansão da pecuária tiveram relevante papel de suporte econômico para essa atividade e contribuíram para a consolidação do povoamento do país (Santos & Silveira, 2001; Prado Jr. 1965 [1942]). Todavia, tanto a mineração quanto a pecuária e outras atividades que tiveram ascensão econômica regional em curtos períodos, como é o caso do algodão, não foram suficientes para a constituição de uma urbanização consolidada no interior do país. A maioria dos núcleos urbanos surgidos desses ciclos econômicos pouco floresceu a ponto de transformar em áreas de grande relevância econômica duradoura. Essa urbanização teve, frequentemente, seu papel reduzido quando houve a decadência ou redução de importância do ciclo econômico.

Embora tenham ocorrido iniciativas de políticas territoriais de incentivo ao povoamento do interior do Brasil, tanto nos governos do período imperial quanto nos do início da república (a partir de 1889), foi em meados do século XX em diante que o Estado brasileiro define orientações de planejamento no sentido de garantir maior integração do território nacional. A principal

iniciativa, nessa direção, ocorreu com a formulação da política do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que transferiu a capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Esta última inaugurada em 1961 e localizada no centro geográfico do país em área do bioma de cerrados, o qual ocupa extensas porções do centro-norte do território brasileiro. A transferência da capital para o interior do país foi uma importante iniciativa para um novo impulso de povoamento nacional que possibilitou maior integração regional e o avanço de uma nova urbanização na hinterlândia. Esse fenômeno se fortaleceu a partir da associação com a atividade agropecuária, na medida em que esta atividade avançou para aquelas áreas que antes eram ocupadas por populações tradicionais que dedicavam às atividades agroextrativistas de pequena monta e por fazendeiros criadores de gado bovino. Estes agentes sociais aproveitavam das riquezas naturais existentes nos diversos ecossistemas locais para o desenvolvimento de uma economia de forte articulação regional, mas com pouca integração com outras áreas do país ou com o mercado externo. Isso ocorreu pela dificuldade de comunicação em função da ausência de meios técnicos capazes de ampliar os intercâmbios de distintas naturezas entre as áreas mais distantes.

Os governos militares (entre 1964-1985) também foram responsáveis pela formulação de políticas públicas de ocupação territorial cujo planejamento estatal induziu a transferência de levas de população brasileira e de empresas para as áreas denominadas de fronteira agrícola, onde estão localizados os biomas de cerrados e de floresta equatorial. Tais políticas de planejamento estatal, concretizadas em programas de incentivo ao povoamento e de exploração dos recursos naturais, permitiram a mobilização de capital para essa região, envolvendo setores econômicos interessados na apropriação de terras para exploração mineral e de recursos florestais (especialmente madeira), bem como espaços para o avanço da agricultura modernizada. Diversos programas governamentais foram formulados para possibilitar uma nova etapa de povoamento do país, a partir de então associada à instalação do grande capital monopolista (Oliveira, 2002) voltado para exploração dos recursos naturais (Ianni, 2004; Becker, 1982).

Para tanto, foi necessário direcionar investimentos destinados ao melhoramento da infraestrutura territorial. Tais melhoramentos ocorreram e foram aplicados em construção e modernização do sistema de transportes rodoviário, o qual teve grande expansão no território nacional e se constituiu no principal modal de transporte do país, com grande importância para a maior interligação das regiões nacionais. Os investimentos também foram canalizados para os setores energéticos e de comunicação, com importante intervenção do Estado nacional brasileiro, o qual ao conduzir o planejamento territorial para a formação das economias regionais priorizou

as áreas dos biomas mencionados acima. Com isso, a fronteira agrícola se tornou ainda mais dependente da produção agropecuária em larga escala e se transformou, a partir de então, na principal estratégia do Estado brasileiro para que a economia nacional tivesse maior inserção na economia mundial, como grande exportador de *commodities* minerais e agrícolas, em bases técnicas mais modernas.

A implantação dos novos sistemas de infraestrutura na hinterlândia brasileira foi fundamental para reduzir sensivelmente o isolamento de parte do território nacional e um crescente processo de integração regional. Ou seja, a infraestrutura formada permitiu não somente o transporte de matéria-prima, o avanço na produção de energia elétrica e de telecomunicação, mas também o estabelecimento de maior intercâmbio das áreas do país, e um paulatino desaparecimento dos denominados arquipélagos territoriais (Oliveira, 1977; Santos & Silveira, 2001), que marcou por um longo período o povoamento brasileiro, caracterizado pelo isolamento e baixa integração do território nacional. Entretanto, as ações estatais representaram também a desarticulação das formas tradicionais das economias locais, constituídas por forte participação de comunidades camponesas. Com o movimento de modernização econômica da fronteira agrícola, as atividades agroextrativistas passam a sofrer pressão das economias de grande circulação e de acumulação de capital, como é o caso das atividades mineradoras, madeireiras e agroindustriais. Estas conduzidas pelo capital monopolista, representado por empresas nacionais e estrangeiras de grande porte e também por grandes agricultores e pecuaristas em condições técnicas mais modernas.

A década de 1970 é um período de especial importância para a formação das características produtivas atuais da região centro-norte do Brasil. A partir desse momento, as novas conjunturas econômicas, externa e interna, favoreceram consideravelmente a expansão agrícola moderna, como resposta ao aumento da demanda ao consumo de alimentos e de outras matérias-primas, resultado da expansão da urbanização do país e da necessidade de reduzir o impacto da crise do petróleo na economia nacional. Para este último caso, o governo brasileiro incentivou a intensificação da produção agrícola para exportação que permitisse obter recursos que se destinariam ao pagamento da crescente dívida externa, a qual ganhava volume na medida em que o país se tornava mais dependente da importação de combustíveis fósseis.

O novo contexto econômico mundial de aumento do consumo de novas mercadorias agrícolas (cana-de-açúcar, soja, algodão, laranja, trigo, café etc.) foi um elemento indutor

importante para a formulação de políticas por parte do governo brasileiro naquela década, cuja execução visava garantir o abastecimento do mercado externo de alimentos; reduzir o impacto do aumento dos preços dos combustíveis fósseis, substituindo-os pelo álcool derivado da cana-de-açúcar; e, ao mesmo tempo, possibilitar a entrada no país de recursos financeiros externos para custear seu recente parque industrial. Além disso, a própria expansão da urbanização brasileira tornou-se outro fator que obrigou o direcionamento de investimentos para a agricultura modernizada.

É diante desse contexto que se fortalece o planejamento estatal voltado para garantir a efetivação de um tipo de ocupação dos biomas de cerrado e floresta equatorial com atividades minerais, madeireiras e agropecuárias de grande aceitação no mercado externo.

A parte do território do centro-norte do Brasil passa a ser vista, a partir de então, como região de existência de uma fronteira de recursos (Becker, 1982). Isto é, buscava-se garantir a instalação do capital na nova área com a participação de grupos econômicos nacionais e internacionais capazes de tornar aquele espaço uma base produtiva para a exploração de recursos minerais, madeireiros e para a implantação de monocultivos em larga escala nos solos ácidos (corrigidos com uso de calcário) e de terrenos sedimentares planos dos imensos chapadões (platôs) existentes na região.

O processo de urbanização também teve impulso com a nova economia em expansão e passa a se caracterizar como importantes suportes para o atendimento das demandas por comércio e serviços produzidas pelos agentes econômicos e sociais instalados. Desse processo surgem, sobretudo, núcleos urbanos de porte médio que expandem em decorrência da instalação de migrantes oriundos de distintas partes do Brasil, mas também de pessoas das áreas rurais da própria região, frequentemente população expropriada de seus espaços de moradia e de produção pela nova economia que se instalada.

O avanço da economia de exploração primária na fronteira agrícola caracteriza-se pelo desenvolvimento de tipos de urbanização que apresentam distinções. Por um lado, verifica-se a existência de cidades que cresceram a partir de um núcleo urbano originário e que expande o seu tecido urbano devido o ganho de população. Por outro lado, ocorre a formação de novos espaços de urbanização. Estes últimos constituindo-se de cidades formadas pelos agentes sociais que migraram para a fronteira agrícola em busca de novas oportunidades de trabalho e de acesso a terra, frequentemente trabalhadores rurais vinculados a cooperativas agropecuárias. Tais migrantes

ao adquirem a terra também fundam pequenos aglomerados de residências de agricultores e de trabalhadores, estes núcleos transformaram-se posteriormente em áreas urbanas de grande dinamismo. É o caso de diversas cidades nos estados onde houve avanço de projetos minerais e da agricultura modernizada, a partir da década de 1970, especialmente na fronteira agrícola do centro-norte do Brasil.

A respeito do fenômeno de modernização agrícola e seus impactos sobre o meio urbano também é necessário considerar as mudanças produzidas na rede urbana regional. O crescimento econômico de algumas cidades dado pelo movimento produtivo agrícola, industrial e financeiro acompanhado pelo avanço das atividades associadas ao comércio e serviços redefiniu a organização da rede urbana regional marcada pela intensidade de novos fluxos materiais e imateriais. Corrêa (2006, p.319), ao se referir sobre os impactos espaciais na circulação resultante da modernização técnica do território, aponta que:

“A melhoria geral e progressiva da circulação, viabilizando interações espaciais mais eficientes de mercadorias, pessoas, informações e capital. Envolveu o reaparelhamento de alguns portos e aeroportos, a paulatina substituição do sistema ferroviário por uma cada vez mais densa e melhor rede de telecomunicações, progressivamente informatizada. De modo diferenciado, segundo os diversos meios de circulação, verifica-se, em maior ou menor grau, um esforço concretizado de superação do espaço pelo tempo. Os impactos dessa melhoria geral da circulação sobre a rede urbana serão notáveis.”

Considera-se, assim, que nessa reconfiguração da rede urbana da fronteira agrícola existe um expressivo componente de especialização produtiva resultado de um tipo de economia que se desenvolve ali voltada para atender às demandas das novas atividades voltadas, especialmente, para a exploração de recursos naturais.

A velha rede urbana, nesse contexto, sustentada em fluxos associados às demandas locais de consumo, pouco diversas, é substituída rapidamente por outra mais complexa com fortes vínculos com outras redes urbanas tanto da escala nacional quanto internacional. Os fluxos realizados são de distintas naturezas e se avolumam por conta do comércio impulsionado pela economia agropecuária e mineral.

A modernização técnica refletiu também em aumento da urbanização no interior do país, muito associada ao surgimento de cidades de porte médio que exercem diversas funções, mas observa-se, também, a participação de pequenas cidades com especializações produtivas, as quais passam a ter um papel de destaque na rede urbana regional, conforme analisa Corrêa (2006, p.268):

“As novas atividades, por outro lado, na medida em que criam especializações produtivas dissociadas diretamente da produção agrícola, acabam conferindo aos pequenos centros um caráter de ‘cidades no campo’ (Santos, 1993). Tais centros passam, em razão de suas especializações produtivas, a manter relações com centros localizados a longa distância, relações que vinculam entre si unidades fabris de uma mesma corporação e, simultaneamente, cada unidade à sede social da corporação e/ou apenas vinculam os pequenos centros a mercados distantes”.

Verifica-se, assim, que a rede urbana regional se reconfigura e passa a ter forte vínculo com à expansão de atividades associadas a exploração de recursos naturais em grandes projetos comandados pela ação do Estado nacional. A abertura de grandes eixos rodoviários em distintas direções regionais foi um fator de impulsão dessa nova rede urbana, bem como de instalação de grandes projetos agropecuários, de mineração, hidrelétricos e de industrialização (Corrêa, 2006). Cada um, desses empreendimentos representou a ascensão de cidades com impactos na escala local e regional.

Diante do exposto, busca-se, nesse artigo, analisar o processo de urbanização instalado pelo avanço do agronegócio, caracterizando-se por um modelo de urbanização que apresenta como principal indutor a economia agropecuária representada pela reestruturação produtiva do agronegócio. Pretende-se, sobretudo, analisar a urbanização da fronteira agrícola localizada na parte do bioma de cerrado do centro-norte do Brasil, abrangendo as áreas do oeste da Bahia, sul do Maranhão e Piauí e Leste de Tocantins (região também denominada de Matopiba), onde a economia do agronegócio obteve intenso crescimento das últimas quatro décadas.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REFLEXOS NA URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA REGIÃO DE CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Como foi mencionado anteriormente, a fronteira agrícola brasileira em poucos anos tornou-se uma região de baixa expressão econômica para um importante produtor de mercadorias agropecuárias, com predomínio de produção de grãos destinados, sobretudo, ao mercado consumidor externo. Juntamente com a instalação de novas culturas agrícolas coincidiu também com a presença de

outras atividades econômicas, frequentemente, associadas às ramificações da cadeia produtiva do setor agroindustrial. Destacam-se, dentre outros, os ramos comerciais e de serviços para atender às demandas da agricultura moderna. Além disso, ocorreu também a instalação de agroindustriais de processamento de grãos, empresas transportadoras e outros empreendimentos de diversos setores econômicos.

As mudanças no setor produtivo, a partir da presença mais intensiva da agricultura modernizada, produziram impactos importantes no campo no interior do Brasil, na medida em que houve o aumento considerável do consumo de maquinários modernos e de serviços nas fazendas de produção das *commodities* agrícolas. Mas, também, verificou-se avanço do consumo de insumos destinados ao aumento da produtividade, para a adaptação de culturas às condições climáticas regionais, para a eliminação de pragas agrofloretais e para o melhoramento genético das plantas. As novas fazendas agrícolas localizadas no bioma de cerrado tornaram-se mais capacitadas para o acréscimo de estoque da produção a partir da construção de grandes silos cujas estruturas e as condições técnicas de monitoramento do produto armazenado são portadoras de elevados investimentos em tecnologia. Tais fatores são indicativos de transformação da capacidade produtiva da região.

Se o campo da fronteira agrícola do centro-norte do Brasil metamorfoseou-se produtiva e espacialmente nas últimas décadas, o mesmo fenômeno se observa no espaço urbano. Este também adquire novas dinâmicas e se reconfigura com a modernização agropecuária, na medida em que muitas cidades se tornaram referência para a reprodução do capital associado ao agronegócio. Forma-se, nesse sentido, na região uma ampla rede urbana detentora de sistemas técnicos capazes de garantir a oferta de determinados tipos de serviços e de fornecimento de diversa gama de atividades comerciais necessárias às novas demandas das empresas instaladas e para a população habitante na região. Constituem-se, assim, cidades voltadas para atender às necessidades de consumo desse novo rural com suas demandas técnicas e de força de trabalho especializadas, abandonando parcialmente ou reformulando totalmente às suas antigas características voltadas para consumo de serviços ou de mercadorias locais.

Estas transformações também são sentidas no mercado de trabalho, o qual incorporou novas profissões associadas aos setores produtivos demandados pela agropecuária moderna, tais como: piloto de avião, técnico agrícola, bancários, agrônomos, professores de diversos ramos educacionais etc. Essas mudanças são sintomas de um novo urbano impulsionado pelo

agronegócio, alterando as antigas estruturas de um conjunto de cidades que mais são afetadas por essa nova economia. SANTOS (1993), ao analisar a nova urbanização da fronteira agrícola brasileira, aponta que, com a instalação do agronegócio as velhas formas urbanas, denominadas por ele de “cidades locais”, são metamorfoseadas para outro urbano mais dinâmico economicamente, sendo denominado pelo referido autor de “cidades econômicas”. Estas surgem e ganham força a partir da ascensão da nova economia. Estas cidades, segundo SANTOS (p.51), *“(...) representam estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos, estoques de capital de giro (agora indispensáveis), estoques de mão-de-obra nos mais diversos níveis, centros de transportes e de comunicações, pólos de difusão de mensagens e ordens”*.

Observa-se, dessa maneira, que a instalação dos agentes econômicos do agronegócio na fronteira agrícola contribui para redimensionar as relações de poder econômico nesses lugares, recompondo-as em novas bases. As cidades dos notáveis (Santos, 1993), compostas e comandadas pelas elites locais transformam-se em centros de difusão dos sistemas técnicos e de uma nova economia sob o controle das empresas e de grandes produtores agrícolas. Esses lugares perdem, nesse sentido, suas antigas funções econômicas e de sociabilidade e direcionam-se para uma nova dinâmica conduzida pelo capital agroindustrial.

O novo urbano da fronteira agrícola, descrito por Santos, ganha saliência e se configura como um lugar de realização do agronegócio, devido sua capacidade de atrair capital de distintos ramos de atividades econômicas. Com isso, o excedente de capital produzido no campo, a partir das atividades agrícolas modernas, passa a se direcionar também para a cidade e lá ele se realiza em distintas formas. Verifica-se, por exemplo, que muitos dos empreendimentos econômicos (empresas industriais, de serviços ou comércio) instalados no urbano pertencem aos empreendedores do campo, os quais investem em distintas atividades econômicas, permitindo mais rapidamente a circulação de capital, inclusive no comércio do solo urbano, conforme veremos. Nesse sentido, a capacidade de realização e de circulação de capital nas cidades, as quais passam a ser denominadas de “cidades do agronegócio” (Elias, 2011; Frederico, 2011), transformam-se em centros dinâmicos de reprodução de capital em distintas esferas econômicas.

A presença de empresas e de força de trabalho migrante conduziu a importantes transformações na estrutura urbana dessas cidades, especialmente naquelas que se tornaram receptoras de serviços e de comércio para atender a agropecuária moderna. Desse processo, proliferaram diversos núcleos urbanos na região centro-norte do Brasil de porte médio, de grande

dinamismo econômico e de transformações espaciais, mas com cada vez mais reprodução de um modo de vida que se assemelha aos das metrópoles. Algumas delas crescem impulsionadas pelo avanço da agropecuária moderna e estão espalhadas por vastas áreas da fronteira agrícola brasileira, definindo um novo padrão de urbanização que mantém forte associação com o agronegócio. Dentre muitas outras, pode-se citar as seguintes cidades, dentre muitas outras: Sinop, Rondonópolis, Primavera do Leste, Sorriso, Colider (no estado de Mato Grosso); Rio Verde, Mineiros e Jataí (em Goiás); Uberlândia e Uberaba (em Minas Gerais); Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (na Bahia); Balsas e Imperatriz (no Maranhão); Uruçuí e Bom Jesus (no Piauí), Porta Nacional e Araguaína (Tocantins).

Assim, a nova urbanização da fronteira agrícola é movida pelo mesmo motor, a agricultura modernizada. Como resultado desse processo, as cidades da região se moldam numa estrutura urbana com muitas similitudes em suas novas funções, mas também na sua configuração espacial urbana. Verifica-se que nesse novo urbano a instalação de um número considerável de empresas atuando em diversos ramos econômicos, mas invariavelmente estabelecem uma associação intrínseca com a dinâmica do agronegócio. Existem aquelas atividades que mantêm uma relação mais direta com as demandas do setor agropecuário *stricto sensu*, como as lojas de maquinários e de defensivos agrícolas, escritórios de consultoria técnica para os produtores agropecuários, postos de combustíveis, empresas prestadoras de serviços de transporte (especialmente de fretes por caminhões), mecânicas para revisão de máquinas, tratores e caminhões etc. Estas atividades movimentam o que SANTOS (1993) denominou de “consumo produtivo”, porque esse tipo de consumo gera novas demandas produtivas no campo e intensifica as trocas entre os lugares de produção agrícola e as cidades. O outro ramo é constituído por empresas que se dedicam as atividades associadas às necessidades gerais da população que mora ou transita por essas cidades, e que também SANTOS (1993) denomina de atividades que se destina ao “consumo consumptivo”. Este tipo de consumo se torna mais expressivo na medida em que ocorre o aumento dos rendimentos e salários da população e circula mais capital produzido pelas atividades associadas ao agronegócio. Embora tais atividades não atendam diretamente às demandas produtivas do campo, elas cresceram em função da expansão do setor agrícola.

A respeito dos tipos de consumo (consumptivo e produtivo) SANTOS & SILVEIRA (2001, p. 280), apresentam as seguintes considerações:

“As cidades são os pontos de interseção entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário

das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno. Trata-se, como indicamos em outro lugar, de uma oferta destinada a prover seja o consumo consumptivo, seja o consumo produtivo. Entre as formas de consumo consumptivo, isto é, de consumo das famílias, podemos incluir o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral ou especializada e o consumo político, na forma de exercício da cidadania. Entre as formas de consumo produtivo encontram-se, entre outras, o consumo de ciência embutidas nas sementes, nos clones, nos fertilizantes etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito. As atividades urbanas estão ligadas a esses tipos de consumo, e é assim que as cidades cumprem o papel de responder às necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificam qualitativamente”

As cidades que emergem na fronteira agrícola transformando-se, como mencionamos, em “cidades do agronegócio” possuem as características apontadas acima por SANTOS & SILVEIRA. Elas cada vez mais se adaptam a uma realidade econômica associada ao consumo, seja consumptivo, seja produtivo. São as novas atividades econômicas que impulsionam o ritmo de expansão do urbano. Se a presença dessas atividades econômicas contribui para dar semelhança ao processo de urbanização da fronteira agrícola, as dinâmicas produzidas pela ocupação e uso do espaço urbano também mantêm aproximação entre os lugares com forte atuação das atividades do agronegócio.

A partir da instalação dos primeiros produtores agrícolas, de comerciantes ou de prestadores de serviços para as nascentes fazendas de agricultura modernizada, a produção do espaço urbano da região centro-norte brasileira passa a ser delineada sob o comando da agricultura modernizada. Destaca-se, nesse processo, a ampliação rápida do tecido urbano, produzindo, como consequência, a incorporação da valorização imobiliária que passa a ganhar relevância nas cidades da fronteira agrícola com a instalação de novas empresas e de moradores de distintos estratos sociais. O fenômeno da especulação imobiliária do solo urbano, e também do rural, tornou-se, nesse sentido, uma das principais expressões do comércio fundiário na região dos cerrados do centro-norte do Brasil.

2.1 A VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA, A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA DOS MORADORES MAIS POBRES

O urbano da fronteira agrícola torna-se área de atração de empresas de distintos setores econômicos e também de levas de migrantes em busca de oportunidades de ocupação profissional,

as quais nem sempre se concretizam em função do elevado grau de especialização do mercado de trabalho e dele se constituir em um setor de elevado uso de maquinários modernos poupadores de mão-de-obra. Por isso, o espaço das cidades, assim como o do campo, transforma-se em áreas de acirrada disputa por sua apropriação, dado o seu vetor de valorização. No urbano, a apropriação privada da terra por poucos agentes econômicos representa umas das facetas da valorização da terra e contribui para a exclusão da população de menor poder aquisitivo do direito de morar. Tais agentes econômicos, muitos deles representantes do agronegócio que transfere parte de seu capital acumulado nas atividades do campo, transformam-se em detentores de terra no espaço urbano. Estes agentes, ávidos por incrementar os seus lucros, induzem ritmos e lógicas de crescimento das cidades, frequentemente impondo sobre o poder público pressões políticas e econômicas para que o espaço urbano se dilate e para que se forme a infraestrutura necessária para a valorização da terra urbana.

Verifica-se que no processo de urbanização de muitas das cidades com forte influência da economia do agronegócio que a especulação imobiliária se transforma em uma das principais questões da produção do espaço urbano. Nelas, cujo solo urbano pertence a um seleto grupo de proprietários, os mecanismos de valorização imobiliária são definidos pelos agentes econômicos do mercado e não pelas políticas de planejamento urbano do poder público. Com isso, o solo urbano comercializado entre seus moradores atende aos desígnios da especulação imobiliária e a eles obedecem a dinâmica de expansão.

Além disso, para garantir maior apropriação de capital decorrente da comercialização da terra urbana esses agentes econômicos abdicam, frequentemente, de suas obrigações urbanísticas definidas por Lei, na medida em que quando transformam uma determinada área em loteamento urbano não atendem as determinações de tornar o espaço a ser comercializado em condições adequadas de moradia. São comuns, por exemplo, nas cidades de avanço do agronegócio a instalação de loteamentos urbanos com ausências de sistemas de esgotamento sanitário, de luz elétrica ou de calçamento das ruas. Ademais, a especulação imobiliária condiciona o deslocamento da cidade para determinadas direções buscando viabilizar maior valorização de áreas ainda não ocupadas, em muitos casos sem considerar o interesse da população de adequar o espaço das condições básicas para a qualidade de vida.

A valorização do preço da terra urbana nas cidades do agronegócio pode ser comparada, semelhantemente, ao fenômeno que ocorreu com as terras do campo da fronteira agrícola cuja

valorização foi ampliada na mesma velocidade em que cresciam as áreas ocupadas pelos monocultivos ou ampliava a procura de terras produtivas para transforma-las em áreas de cultivos. Estas, em um curto intervalo tempo, valorizam-se pelas disputas empreendidas pelos representantes do agronegócio, inclusive sendo apropriadas, de maneira irregular, pelos agentes econômicos. É amplamente conhecido no Brasil o fenômeno denominado de “grilagem”, o qual se define pelos mecanismos adotados de apropriação de terras públicas por agentes econômicos representantes do agronegócio, procedimentos que muitas vezes possuem anuência de agentes do poder público. A grilagem possibilitou na fronteira agrícola a apropriação de vastas áreas de terras públicas no campo e na cidade, muitas delas sendo incorporadas, posteriormente, como ativos financeiros de grande valorização (Alves, 2009). Tal fenômeno da especulação imobiliária do solo urbano e rural tornou-se, nesse sentido, uma das principais expressões do comércio de terras na fronteira agrícola dos cerrados do centro-norte do Brasil e que dele resulta a exclusão de amplas parcelas da população mais pobre e de emergência de conflitos fundiários na região. Isto é, a apropriação seletiva da terra urbana da fronteira agrícola é um dos elementos responsáveis pela segregação dos indivíduos moradores nas cidades, na medida em que os elevados preços da terra urbana selecionam seus habitantes pelo poder aquisitivo, separando-os por bairros com maior e menor presença de infraestrutura.

Nessa nova urbanização que se consolida com o avanço da agricultura modernizada também surgem novos bairros voltados para os trabalhadores de baixa renda. No grupo dos novos moradores urbanos destacam-se os oriundos das áreas rurais dos próprios municípios ou de outras áreas intra e interestaduais. São camponeses que expropriados de suas terras devido o avanço do agronegócio ou simplesmente abandonaram suas antigas áreas de moradias no campo pela dificuldade de manutenção de suas formas tradicionais de vida no rural, deslocam-se para as cidades na esperança de obter um emprego, situação que atinge, sobretudo, os mais jovens. Frequentemente essa população se torna desocupada nas cidades ou se transformam em trabalhadores precarizados em atividades econômicas do circuito inferior da economia urbana (Santos, 2004). Ao migrar para a cidade, essa população passa a ocupar novos bairros, em áreas distintas da população de maior poder aquisitivo. Os moradores mais pobres que se instalam na cidade costumam habitar inicialmente a periferia no entorno do núcleo urbano consolidado. Entretanto, na medida em que se dilata o tecido urbano as novas levas de migrantes que desembarcam no urbano passam a morar em áreas mais distantes do núcleo urbano original. Essa segregação socioespacial penaliza a população mais pobre que além de viver precariamente em

áreas carentes de infraestrutura, também é penalizada com o uso de transportes públicos, os quais, frequentemente, também são precarizados.

Figura 1. Área de loteamento popular recém-inaugurado na periferia urbana da cidade de Barreiras (oeste da Bahia)



Fonte: foto do autor. Janeiro de 2014

Dessa forma, essas características diferenciadas de ocupação do espaço urbano anunciam novos tempos às cidades voltadas para a realização do agronegócio. Agregam-se a esse novo urbanismo outras formas de morar, as quais estão muito associadas ao fenômeno da segregação socioespacial ou de seletividade urbana. Assim como ocorre com a população mais abastada da metrópole, os moradores das cidades de porte médio da fronteira agrícola aderem também ao modo de vida associado à pouca convivência com os outros moradores do urbano, além de seus semelhantes de mesma classe social. Estes moradores de poder aquisitivo mais elevado costumam fazer opção por moradias localizadas dentro das áreas denominadas de condomínios fechados. Tais loteamentos urbanos de seletividade social se transformaram em grande êxito de venda nas cidades da fronteira agrícola. As características de vida de seus moradores no interior dos condomínios também se diferenciam de outras áreas da cidade. Na urbanização intramuros, as

casas seguem mais ou menos um padrão de estilo e de disposição, comumente são amplas e ajardinadas e não costumam existir limites murados com as residências vizinhas. Além disso, nestas áreas cria-se a estética de se morar e de se comportar. Invariavelmente todas as casas possuem garagem, disponibilizando espaços para vários automóveis. Estes, por conseguinte, tornaram complementos indispensáveis para os moradores desses bairros, identificando um novo estilo de vida urbano sustentado no uso do automóvel, uma cópia fiel ao modelo de vida adotado pela população dos espaços metropolitanos.

Figura 2. Área de condomínio fechado na cidade de Balsas (sul do Maranhão)



Fonte: Foto do Autor. Julho, 2013.

Esse movimento de urbanização, que cresce amparado na lógica da segregação socioespacial e pela especulação imobiliária, ampliou os limites do espaço urbano de muitas cidades do agronegócio em várias direções, afastando o antigo centro dos novos loteamentos, num contexto em que distâncias entre os locais de moradia e de trabalho se dilataram. Produz-se daí a necessidade de as cidades adaptarem suas estruturas espaciais às novas formas de organização econômica que, assim como nas metrópoles, estão associadas ao espalhamento do tecido urbano e da precarização da mobilidade de seus moradores.

Esse novo urbano transforma-se, nesse sentido, em lugares de permanentes tensões sociais por conta da ausência de postos de trabalho ou do baixo preço pago pela mão-de-obra. Além disso, a valorização imobiliária da terra urbana e rural exclui uma parcela importante dos novos moradores, o que faz com que muitos deles ingressem em movimentos organizados de luta pela terra, mesmo que em tais cidades, situadas na categoria de porte médio e pequeno, ainda que sejam possuidoras de baixa densidade demográfica e de espaços disponíveis para uma adequada expansão urbana.

Figura 3. Residências provisórias em loteamento ocupado por moradores de movimento social de luta por moradia na periferia urbana da cidade de Luís Eduardo Magalhães (oeste da Bahia)



Fonte: foto do autor. Julho de 2012.

Essa urbanização crítica, Damiani (2004), também se reproduz em outras esferas da vida da população das “cidades do agronegócio”. Tal expressão é observada nas novas relações que estruturam aquela sociedade, tornando-se cada vez mais dependente do consumo de mercadorias industrializadas, e, por conseguinte, mediadas pela posse do dinheiro. Em contrapartida, os velhos moradores da cidade e do campo abandonam suas antigas formas de sociabilidade, mais permeável ao diálogo entre grupos de posições econômicas distintas, mesmo considerando que ali havia também uma flagrante relação de dominação dos grupos mais abastados economicamente sobre aquela parcela mais pobre da população.

A emergência da urbanização nos moldes em que se analisa nesse texto representou um agravamento das condições econômicas daqueles com menor poder aquisitivo. Isso ocorre diferentemente de outros momentos da história dessas populações, na medida em que antes era possível obter o sustento pelo seu trabalho na unidade familiar camponesa e/ou na coleta obtida

comunitariamente de bens produzidos pela natureza. Estas formas de organização da vida desaparecem velozmente nos espaços rurais e urbanos da fronteira agrícola, obrigando essas populações a se subjugarem à exploração de sua força de trabalho a qualquer preço seja no campo ou na cidade. Às vezes essa possibilidade também inexistente, haja vista que nem sempre se encontra quem queira comprá-la, mesmo por preços aviltantes. Nesse caso, muitos dos moradores se lançam em novas modalidades de ocupação que surgem nesse urbano expandido pelo agronegócio, tais como, catadores de lixo, vendedores ambulantes, mototaxistas etc. A presença de pessoas sem ocupação ou com ocupações precarizadas que há muito toma conta do cotidiano de parcelas importantes da população excluída das grandes cidades brasileiras, começa a se manifestar também nas cidades do agronegócio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização pelo qual passa determinadas áreas de fronteira agrícola brasileira é um fator indicativo da emergência de novas dinâmicas geográficas no interior do país. Nesta região, o espaço agrícola ganha novos contornos com o cultivo de culturas homogêneas e com a mecanização de extensas áreas do campo. O urbano também adquire novas formas e se transforma no espaço portador das condições econômicas e técnicas para o acontecer do agronegócio e dele passa a ser dependente. A urbanização em curso na fronteira agrícola resulta, nesse sentido, do processo global de produção capitalista e como manifestação de um movimento totalizante e homogeneizador que impõe formas e vontades aos lugares. Estes, por conseguinte, se revelam fragilizados diante da força comandada por grandes grupos econômicos que se apropriam e desarticulam os modos de vida das populações locais, obrigando-as a abandonarem suas unidades de produção e deslocarem para as cidades, contribuindo para a dilatação do tecido urbano. As condições de vida, entretanto, que estas populações encontram no urbano, de grande precarização, são reveladoras das formas contraditórias pelas quais esse processo se realiza.

No que diz respeito ao contexto regional analisado neste texto, correspondendo áreas de cerrados do centro-norte do Brasil observa-se que a lógica apontada acima se difunde intensamente atingindo um conjunto de cidades da região cujas dinâmicas urbanas se articulam e se subordinam ao movimento econômico do campo tecnicamente modernizado. Essa nova economia que se expande com o crescimento das atividades associadas ao agronegócio revelou no urbano suas distintas faces. Por um lado, os indicadores apontam que estes espaços tiveram crescimento

econômico que, por conseguinte, gerou novos postos de trabalho. Estes decorrentes da presença de uma gama de atividades associadas às dinâmicas econômicas do campo, mas também ao consumo das pessoas que habitam esses lugares. De certa maneira, esse fato é o que dá força ao discurso hegemônico de uma parcela da população, sobretudo aquela beneficiária das riquezas produzidas por essa economia, de que em tais lugares o progresso chegou com a instalação da agricultura modernizada, em detrimento, segundo alegam, das formas arcaicas e pouco dinâmicas existentes em outros momentos da história da região.

Esse discurso, no entanto, não se sustenta integralmente, na medida em que ele não revela as outras dimensões desse processo muito mais profundas, dadas pelas flagrantes contradições socioespaciais engendradas. No caso da produção do espaço urbano conduzido pela economia do agronegócio nos cerrados da região centro-norte do Brasil, embora muito recente, já estão expostas as carências e as perversidades desse modelo. As evidências de suas contradições são patentes, visto que tal modelo evidencia, por um lado, a concentração da riqueza produzida, a destruição dos bens naturais historicamente apropriados pela população local e a valorização permanente do espaço urbano a partir de sua transformação em mercadoria. Por outro lado, exclui enormes parcelas da população que perdem seus direitos elementares à reprodução da vida, como os de acesso às condições dignas de morar, de se mobilizar pelo espaço da cidade e de exercer livremente às manifestações de sua sociabilidade cotidiana.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. 351p.

ALVES, Vicente E.L. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. In: **Agrária**, São Paulo, nos. 10/11, 2009. p. 73-98.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 233p.

CORRÊA, Roberto Lobato, (2006). **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.



DAMIANI, Amélia Luísa. “Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-58.

ELIAS, Denise, (2011). “Agronegócio e novas regionalizações no Brasil”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, nov, 2001. p. 154-167.

FREDERICO, Samuel. “As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira”. **Caderno Prudentino de Geografia [AGB]**, Presidente Prudente, n. 33, v.1, jan/jul, 2001. p.5-23.

IANNI, Octavio, (2004). **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 274p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. “A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro”. In CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004. 440p.

SANTOS, M. & Silveira, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001. 433p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 193. 157p.